

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

(Do Sr. MAURÍCIO RANDS)

Proclama Olinda a Capital Simbólica do Brasil e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nos dias de 27 de janeiro de cada ano, Olinda passa a ser reconhecida, durante aquele dia, como a Capital Simbólica do Brasil.

Art. 2.º A cada 50 (cinquenta) anos, durante as comemorações da Restauração Pernambucana e Nordestina, o(a) Prefeito(a) de Olinda e sua Câmara de Vereadores serão simbolicamente intitulados Prefeito(a) e Câmara de Vereadores Mor do Brasil.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De todas as capitanias, a de Pernambuco foi a que logrou sucesso em todos os sentidos, no primeiro século o XVI. O açúcar, a base econômica, a “moeda” possibilitadora do projeto colonial, construiu Olinda. Se a cidade se tornou por isso um importante porto nos seus “arrecifes do mar”, uma fundamental porta de saída do açúcar, por outro lado, com base na sua riqueza consolidou-se naqueles primeiros momentos como a cidade por onde entrou, nesta parte da América, o conhecimento, a cultura, e onde se estruturaram as bases políticas para a construção do Estado que depois precisou de uma capital mais ao centro de sua faixa litorânea.

Quando Salvador foi fundada como a primeira sede de um Governo Geral no Brasil, em 1549, já encontrou bases estruturais e institucionais em funcionamento, espalhadas desde a Vila de Olinda, fundada em 1535, até Paracatu, em Minas Gerais. O Senado da Câmara da Vila de Olinda já funcionava há anos, tendo consolidado as bases políticas, administrativas e econômicas do governo e assegurado o projeto de expansão do domínio português pelo território brasileiro.

No início do século XVII, os Países Baixos passaram a dominar o grande comércio oceânico. Em 1621, um grupo de fanáticos calvinistas fundou a Companhia das Índias Ocidentais, que recebeu o monopólio, por 24 anos, da navegação, comércio, transportes e conquistas das margens do Oceano Atlântico. Em 1630, poucos anos após prévia invasão baiana, 56 navios, 3.780 tripulantes e 3.500 soldados invadiram Pernambuco, ocupando Olinda e Recife. A ocupação holandesa durou mais de duas décadas e a Restauração Pernambucana e Nordestina é um dos capítulos mais simbólicos de nossa história.

Durante a permanência da Companhia das Índias Ocidentais no Nordeste, a elite política e a população de Olinda tomaram consciência de que nossas terras tinham construído uma nação que não era Portugal, Espanha, nem Holanda; era Brasil. Reagindo à ocupação, os antigos membros da Câmara de Olinda montaram e armaram um exército formado por cotas raciais: tropas de negros comandadas por um negro, Henrique Dias; tropas de índios comandadas por um índio, Felipe Camarão; e tropas de brancos comandadas por um branco, André Vidal de Negreiros. Com tal exército, o grupo político de Olinda desencadeou e comandou a guerra de reconquista, findada em 1654.

Quanto este movimento logrou expulsar os holandeses, em 27 de janeiro de 1654, estava dado o primeiro passo de afirmação do sentimento da nacionalidade brasileira, consistindo no marco inaugural da consolidação da identidade nacional.

Também durante todo o século XIX, Olinda esteve à frente dos movimentos políticos que formaram a consciência nacional sobre o conceito de Estado, bem como as bases do pensamento político no Brasil, sendo exemplos os movimentos revolucionários de 1817, a Confederação do Equador, de 1824, e a Revolução Praieira, de 1848.

Assim, no ano de 2004, quando se completarão 350 (trezentos e cinquenta) anos da Restauração Pernambucana e Nordestina, Olinda deverá merecer reconhecimento nacional, sendo proclamada, nos dias 27 de janeiro de cada ano, a Capital Simbólica do Brasil.

Conto com o apoio dos meus pares para render tal justa homenagem.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado MAURÍCIO RANDS